

CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS COOPERATIVAS DE RECICLAGEM NA REGIÃO DE MARINGÁ: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO TRABALHO DECENTE

Eliane Cristina de Araújo*
Erica Aparecida Ribeiro**
Elisangela Luzia Araújo***
Kairã Moreira****

RESUMO: O objetivo do trabalho é investigar as condições dos trabalhadores das cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos e eletrônicos de Maringá e região e verificar se a realidade encontrada condiz com os parâmetros elaborados pela Organização Internacional do Trabalho na definição do conceito de trabalho decente. A pesquisa do tipo descritiva-exploratória foi realizada em quatro cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos e uma de resíduos eletrônicos de Maringá, Sarandi e Paiçandu, de novembro de 2013 a março de 2014. No total foram entrevistados 36 cooperados com tempo de trabalho na cooperativa de uma semana a onze anos. Os resultados da pesquisa apontam que a realidade encontrada nas cooperativas foge do conceito de trabalho decente elaborado pela Organização Internacional do Trabalho em diversos aspectos, como no nível renda retirado pelos trabalhadores de seu trabalho, no acesso a previdência social e na segurança no trabalho.

Palavras chave: trabalho decente; cooperativas de reciclagem e mercado de trabalho.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho não fornece ao indivíduo somente sua renda, mas torna possível também a existência da estabilidade e da segurança com relação ao futuro, não apenas para o trabalhador, mas sim para todo o seu conjunto familiar. Não é porém, qualquer tipo de trabalho que é capaz de trazer essa segurança para o trabalhador, por isso então, foi formulado o conceito de trabalho decente pela Organização Internacional do Trabalho, que busca diferenciar o trabalho capaz de suprir as necessidades do trabalhador de forma digna, daqueles que não fornecem ao indivíduo nenhuma voz ou direito.

O conceito do trabalho decente é entendido como o trabalho produtivo, capaz de gerar uma renda adequada ao trabalhador, de forma que esse seja capaz de prover o sustento não apenas do trabalhador, mas também de sua família. Além disso, o trabalho decente é aquele que respeita os direitos fundamentais no emprego, como a segurança, equidade entre os trabalhadores, proteção social adequada, normas sociais, direitos dos trabalhadores e diálogo social.

É através do trabalho que o indivíduo busca os meios para suprir suas necessidades, uma vez que o trabalho é a principal, se não única, fonte de renda para a maior parte dos trabalhadores. Diante disso, tomamos como objeto de estudo as condições dos trabalhadores nas cooperativas de reciclagem de Maringá e Região, com o objetivo de identificar se as condições predominantes no meio são capazes de promover ao trabalhador, um trabalho decente de acordo com as condições estipuladas pela OIT.

Keynes (1992) ressalta que uma das características marcantes do capitalismo é a sua incapacidade de promover emprego para todos indivíduos que precisam de trabalho. Isso pressupõe que, alguma outra força, à parte do livre mercado atue no sentido de corrigir as distorções geradas pelo sistema capitalista. Diante disso, e levando em consideração o crescimento da taxa de desemprego ao longo dos anos 90 e início do século do século XXI, a cidade de Maringá se deparou com uma grande massa de trabalhadores desempregados.

* Doutora em Economia IE-PPGE-FFRJ/Professora Adjunta do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas/ (UEM)

** Mestre em Economia /UEM

*** Doutora em Economia/PPGE/UFRGS/ Professora Adjunta/UEM

**** Graduando em Economia/UEM

Para combater as consequências do desemprego, muitos trabalhadores passaram a coletar materiais recicláveis nas ruas de Maringá com o intuito de melhorar sua qualidade de vida e gerar a renda necessária para a sobrevivência do indivíduo e seus familiares. Com o decorrer do tempo, muitas dessas pessoas saíram das ruas e se deslocaram ao 'lixão' a céu aberto que existia em Maringá, com o mesmo objetivo de recolher os resíduos recicláveis para a posterior venda.

No contexto da época, a separação do lixo nas residências ou empresas, não era um costume da população e todo o lixo gerado ia diretamente para o 'lixão' a céu aberto, sem receber antes, qualquer forma de separação ou triagem. Diante disso, fica claro essa nova motivação que levou essas pessoas à procurarem o seu material de trabalho no 'lixão'. Esses trabalhadores não tiravam dali somente a sua renda, mas também faziam desse meio a sua moradia, ao menos durante alguns dias na semana, já que muitos desses, provinham de cidades vizinhas à Maringá e não poderiam custear com o transporte diariamente.

Uma ação do Ministério Público determinou em 2001 através de uma ação judicial, que a Prefeitura de Maringá realizasse a retirada daqueles trabalhadores do ambiente insalubre em que viviam e trabalhavam. Começou assim o movimento para a realocação desses trabalhadores, em parceria com as prefeituras de Sarandi e Paiçandu. A solução se deu através da formação de cooperativas de catadores. Assim sendo, em 2001 foi formada a Cooperativa Maringá de Seleção de Materiais Recicláveis e Prestação de Serviço, a Coopermaringá. Em 2003 foi formada em Paiçandu a Copmar e por último a Coopernorte, ou Cooperativa Norte de Maringá de Separadores e Separadoras de Materiais Recicláveis e Prestação de Serviços, que contava com os últimos indivíduos que ainda continuavam a trabalhar no 'lixão' de Maringá.

Os catadores que viviam e sobreviviam do 'lixão' necessitavam em grande tamanho de mudanças, uma vez que o seu trabalho não era capaz de trazer nenhuma garantia de qualidade de vida. Depois disso, foi formada em 2004 a Cooperativa de Materiais Recicláveis dos Conjuntos João de Barro e Santa Felicidade, usualmente conhecida como Coopercação, e em 2009 se iniciou o processo de formação da Cooperecológica.

Levando em consideração o histórico apresentado, a pesquisa busca analisar se e, em que medida, a retirada desses do 'lixão' e a sua respectiva organização na forma de cooperativa reduziu o grau de vulnerabilidade, elevou a qualidade de vida e aumentou o grau de decência no trabalho para esses indivíduos.

Isso posto, o objetivo do trabalho é investigar as condições dos trabalhadores das cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos e eletrônicos de Maringá e região e verificar se a realidade encontrada condiz com os parâmetros elaborados pela Organização Internacional do Trabalho na definição do conceito de trabalho decente. Uma parte destes trabalhadores são antigos catadores de recicláveis das ruas de Maringá e Região. Além disso, as cooperativas analisadas foram formadas em consequência da retirada dos trabalhadores do 'lixão' a céu aberto que existia na cidade de Maringá. Vale destacar, que os antigos trabalhadores do 'lixão', faziam dele não somente seu ambiente de trabalho, mas também, muitas vezes, de residência, uma vez que, na maioria das vezes, essas pessoas vinham de cidades circunvizinhas como Paiçandu e Sarandi, e devido a suas condições financeiras e distancia, não era possível realizar o trajeto de ida e volta diariamente. Era do 'lixão' que os catadores retiravam parte de seu alimento e vestimentas. Com isso, podemos deduzir facilmente que a qualidade de vida dessas pessoas era a pior possível, sem condições mínimas de higiene e saúde. Nesse aspecto, a pesquisa busca analisar se, e, em que medida, a retirada desses trabalhadores do 'lixão' e a sua respectiva organização na forma de cooperativa reduziu o grau de vulnerabilidade e aumentou o grau de decência no trabalho.

Desse modo, a análise principal está focada na comparação do conceito de trabalho decente elaborado pela OIT com as condições encontradas entre os trabalhadores das cinco cooperativas analisadas, Coopernorte, Coopermaringá, Coopercação, Copmar e Cooperecológica. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, o trabalho decente é caracterizado como o trabalho produtivo que respeita os mais básicos direitos do trabalhador no

emprego, ao mesmo tempo em que gera renda capaz de prover ao trabalhador e sua família o sustento necessário para a manutenção de uma boa qualidade de vida, segurança, igualdade de direitos, proteção social, normas sociais e diálogo social.

Para atender aos objetivos propostos, o presente artigo encontra-se estruturado em mais três seções. A primeira delas apresenta de forma sintética os aspectos teóricos e o contexto histórico que permeiam o conceito de trabalho decente. A seção seguinte apresenta a metodologia e os resultados da pesquisa de campo realizada. Por fim, a última seção apresenta as conclusões sobre o trabalho.

2. TRABALHO DECENTE: ASPECTOS TEÓRICOS E CONTEXTO HISTÓRICO

O conceito de trabalho decente foi formalizado oficialmente em 1999, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), por ocasião da 87ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra. Ele se refere ao trabalho produtivo, que gera renda adequada ao sustento do trabalhador e sua família, ao mesmo tempo em que respeita os direitos fundamentais no emprego (ao trabalhador assalariado e por conta própria), como por exemplo, segurança, equidade, proteção social adequada, normas sociais e direitos dos trabalhadores e diálogo Social (OIT, 2013).

O contexto em que se deu à ascensão do tema foi o final da década de 1990, quando o fenômeno da globalização mostrou seus efeitos perversos, desde que ganhou escala mundial, no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, atingindo os países em desenvolvimento e promovendo uma onda generalizada de desemprego e precarização das condições de trabalho.

A crise do capitalismo, cuja origem foram as transformações que se operaram no mundo a partir dos anos 1970, levou à queda do sistema de Bretton Woods e a instauração de um novo regime de acumulação, puxado pela acumulação financeira. Tais mudanças desencadearam, em nível global, um processo de reestruturação produtiva, fomentadas pelas políticas neoliberais, notadamente, a liberalização comercial e financeira e desregulamentação que, somadas às inovações advindas da Terceira Revolução Industrial, implicaram em mudanças profundas nos processos produtivos e no trabalho⁵.

De acordo com Pochmann (1999), essas mudanças estiveram voltadas para a busca de produtividade, de competitividade e o redimensionamento do emprego, intensificando as mudanças no conteúdo e natureza do trabalho, as quais passam a ser guiadas pelas práticas de reorganização e flexibilização da produção. Essas novas práticas se traduzem em ações deteriorantes das condições de trabalho, como as terceirizações, subcontratações, dentre outras, levando à instabilidade e implicando na maior insegurança no trabalho e na expansão do desemprego em todo o mundo. Vale destacar, que tanto nos países desenvolvidos, quanto nos países mais pobres as taxas de desemprego se elevaram abruptamente a partir da década de 1990. Embora as taxas de desemprego, atualmente, sejam maiores nos países desenvolvidos, do que nos países pobres, nestes últimos ela é ainda mais preocupante, pelo fato da rede de proteção social ser bem menos abrangente.

Inserida nesse contexto, a ideia central, embutida no conceito de trabalho decente, é a de que a renda proveniente do trabalho é a principal fonte de remuneração e, único meio de vida, para a grande maioria das pessoas⁶, logo, só o trabalho decente pode se constituir em uma forma de superação da pobreza e extrema pobreza, da redução da desigualdade social e da ampliação da cidadania e governabilidade democrática. Além disso, o contexto histórico do debate se insere na intensificação da integração econômica mundial e seus efeitos sobre o mundo do trabalho, nota-

⁵ Sobre as mudanças no capitalismo a partir dos anos 1970, ver Belluzzo (1999). Sobre a terceira revolução industrial ver Coutinho (1997).

⁶ Conforme o relatório da CEPAL, no ano de 2007, cerca de 80,0% da renda total das famílias latino-americanas, dependia primordialmente dos rendimentos gerados no mercado de trabalho. Confira OIT, 2009.

damente, o aumento expressivo das taxas de desemprego e a precarização do trabalho⁷. Nesse aspecto, os princípios que fundamentam a ideia de trabalho decente dizem respeito: i) ao direito ao trabalho, ii) à geração de empregos de qualidade, iii) à proteção à pessoa que depende do trabalho para viver e iv) à organização, voz e representação de interesses dos agentes do mundo do trabalho.

No Brasil, a promoção do trabalho decente foi um compromisso assumido em junho de 2003, entre o governo brasileiro e a OIT cujo acordo prevê o estabelecimento de um programa especial de cooperação técnica para a promoção de uma agenda nacional de trabalho decente, que foi oficialmente elaborada em maio de 2006, após consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores (MTE, 2013).

A partir daí, criou-se um Comitê Executivo, composto pelos diversos ministérios e secretarias de Estado, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cuja responsabilidade é formular projetos e mobilizar recursos técnicos e financeiros necessários para à implementação, monitoramento e a avaliação dos referidos projetos. O intuito, como celebrado no acordo, é que cada estado brasileiro crie uma agenda de trabalho nesta área, no intuito da promoção do trabalho decente no país, como um aspecto fundamental do processo de desenvolvimento recente.

3. METODOLOGIA E RESULTADOS DA PESQUISA

3.1 METODOLOGIA

A pesquisa do tipo descritiva-exploratória foi realizada em quatro cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos e uma de resíduos eletrônicos de Maringá, Sarandi e Paiçandu, de novembro de 2013 a março de 2014. No total foram entrevistados 36 cooperados com tempo de trabalho na cooperativa de uma semana a onze anos.

Das cinco cooperativas visitadas, três são de Maringá, uma de Sarandi e uma de Paiçandu. A Cooper norte e a Cooper maringá trabalham com resíduos sólidos e a Cooper canção com resíduos eletrônicos, as três são da cidade de Maringá. Em Sarandi foi visitada a Cooper ecológica e em Paiçandu, a Copmar. Essas cooperativas empregam ao todo cerca de 45 pessoas ao mês, porém, esse número pode variar devido a diversos fatores que serão citados no decorrer da análise.

Os dados foram coletados através de um questionário, com questões abertas e de múltipla escolha, dividido em três partes: a caracterização do indivíduo, composta por doze questões relacionadas à vida fora da cooperativa, a caracterização do trabalho, com treze questões referentes à renda e jornada de trabalho, e por último, seis questões com o intuito de analisar as condições e o ambiente de trabalho do ponto de vista do trabalhador.

A elaboração do questionário teve como base as variáveis presentes nos relatórios publicados pela Organização Internacional do Trabalho, sobre o trabalho decente. As adaptações realizadas visam apenas fornecer uma visão mais ampla das condições de trabalho dos indivíduos presentes nas cooperativas.

O questionário foi aplicado individualmente visando a aceleração do processo que foi dificultado pela baixa escolaridade da grande maioria dos entrevistados e também a irregularidade dos horários de trabalho que são frequentemente afetados por condições climáticas e por problemas relacionados ao transporte dos cooperados até a cooperativa e a volta para suas residências, levando em conta que a maioria das cooperativas ficam em lugares distantes, onde o transporte público demora a chegar, ou não é acessível a todos os trabalhadores.

⁷ De acordo com relatório da OIT, estima-se que, em 2009, cerca de 1,5 bilhões de pessoas no mundo, cerca de 50,6% da população ativa mundial, trabalha em emprego vulnerável, com rendimentos precários e sem cobertura social básica. Estima-se também que esse número deve ter se elevado com o prolongamento dos efeitos da crise mundial que elevou a taxa média de desemprego mundial para 6,6%, 0,7% maior que o registrado em 2007 (OIT, 2010).

3.2 RESULTADOS DA PESQUISA

O conceito de trabalho decente foi formalizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1999 e definido como o trabalho produtivo e de qualidade que é exercido em condições de liberdade, igualdade de direitos, segurança e dignidade, além de prover uma remuneração capaz de fornecer sustento para o trabalhador e sua família (OIT, 2012).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, o trabalho decente depende da qualidade das oportunidades de trabalho disponíveis. Esse fato é importante uma vez que os trabalhadores que ficam a margem do mercado de trabalho, acabam por serem direcionados também às oportunidades de trabalho marginais, as quais não oferecem os mesmos benefícios que recebem os trabalhadores comuns, ou até mesmo, não condizem os princípios de oportunidades de trabalho caracterizadas como decentes. Além disso, juntamente com o aumento da produtividade, as oportunidades de trabalho de qualidade são elementos fundamentais para o desenvolvimento, tanto econômico como social do país, já que promove a diminuição da parcela da sociedade que se encontra na faixa da extrema pobreza por meio da melhora na distribuição de renda. O trabalho formal, caracterizado pela existência de um contrato regular e válido é também um ponto importante na análise do trabalho decente, uma vez que sem esse, diversos benefícios, como o direito ao acesso à proteção social, não são assegurados ao trabalhador, o que por consequência, deixa uma grande lacuna para a atuação dos agentes e variáveis que tornam o trabalho, o oposto do trabalho decente, isto é, tornam o trabalho indecente.

Em 2012 no Brasil, 43,1% das pessoas ocupadas possuíam trabalhos informais, porém quando analisamos os dados do Paraná percebemos que essa taxa foi bem menor, com apenas 34,4% da sua população ocupada em trabalhos informais. O trabalho informal não proporciona ao trabalhador os direitos que os trabalhadores formais desfrutam, como o acesso à previdência social, férias, décimo terceiro salário, carga horária de trabalho legal, salário proporcional a função e segurança em caso de dispensa e/ou problemas de saúde. Podemos considerar então, a informalidade como uma das principais fontes de trabalho indecente, por não proporcionar de forma legal as condições mínimas necessárias para garantir a dignidade, estabilidade e segurança do trabalhador.

Sendo assim, a previdência social é um fator de suma importância para a promoção do trabalho decente pois é através desta que o trabalhador tem a garantia da renda, em caso de necessidade, e do acesso aos direitos trabalhistas que são fundamentais para a existência de um trabalho digno e que seja capaz de proporcionar um bom nível renda e qualidade de vida a trabalhador. O seguro desemprego é um exemplo de benefício que os trabalhadores formais podem usufruir. Ele é de fundamental importância tanto para o trabalhador como para a economia. Para o trabalhador o seguro desemprego é capaz de garantir sua renda em caso de dispensa sem justa causa por parte do empregador, já para a economia, o benefício garante a manutenção da demanda agregada no caso de um aumento nos níveis de desemprego. Os trabalhadores das cooperativas, além de trabalharem na informalidade, a grande maioria não contribui com a previdência social. Dos 36 trabalhadores entrevistados, 83% disseram nunca ter contribuído com a previdência social, 8% disse estar contribuindo no momento da aplicação do questionário, e os 9% restantes responderam já terem contribuído em algum momento da vida, porém, não o fazem atualmente.

Apenas essa variável já nos fornece uma ideia primária das condições desses trabalhadores com relação a sua estabilidade e garantia de renda futura. Por escassez de informação, ou até mesmo por dificuldades financeiras, a maioria dos indivíduos que trabalham nas cooperativas não fazem uso do direito ao acesso a previdência social que pode ser garantido não apenas através de um trabalho formal, mas também da contribuição individual do cooperado como trabalhador autônomo. A contribuição com a previdência é capaz de dar ao trabalhador a garantia de estabilidade em momentos de crise e até mesmo o direito de recebimento de uma aposentadoria quando chegado o momento.

Das 36 pessoas entrevistadas, 58,3% eram mulheres e 41,7% homens. A média geral de idade foi de 43,7 anos, sendo que as mulheres possuíam uma média de idade maior com 45,9 anos e os homens menor, com 40,6 anos. Além

disso, foi possível verificar que 86% dos entrevistados eram afrodescendentes, pardos ou afro-brasileiros. De acordo com o PNAD de 2009, os grupos de trabalhadores com menor rendimento médio real eram as mulheres e os negros. Sendo assim, já podemos adiantar, antes mesmo da análise do rendimento mensal dos trabalhadores entrevistados nas cooperativas, que eles são parte integrante desses grupos encontrados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, por ser a maioria dos entrevistados mulheres, de baixa escolaridade, com idade acima dos 40 anos e de maioria negra, que já são usualmente encontrados à margem da sociedade.

O tempo médio de permanência no trabalho nas cooperativas visitadas foi de 3 anos e 10 meses, porém há cooperados que fazem parte a até onze anos e 39% dos 36 entrevistados fazem parte da cooperativa a pelo menos cinco anos. Quando comparado com os dados da PNAD de 2009, a rotatividade dos trabalhadores nas cooperativas é bem maior do que o comumente encontrado no Paraná, onde o tempo médio de permanência no trabalho é de 7,5 anos. A alta rotatividade dos trabalhadores nas cooperativas pode ser relacionada com diversos fatores, porém podemos destacar principalmente o baixo nível dos rendimentos que os trabalhadores conseguem retirar do seu trabalho nas cooperativas.

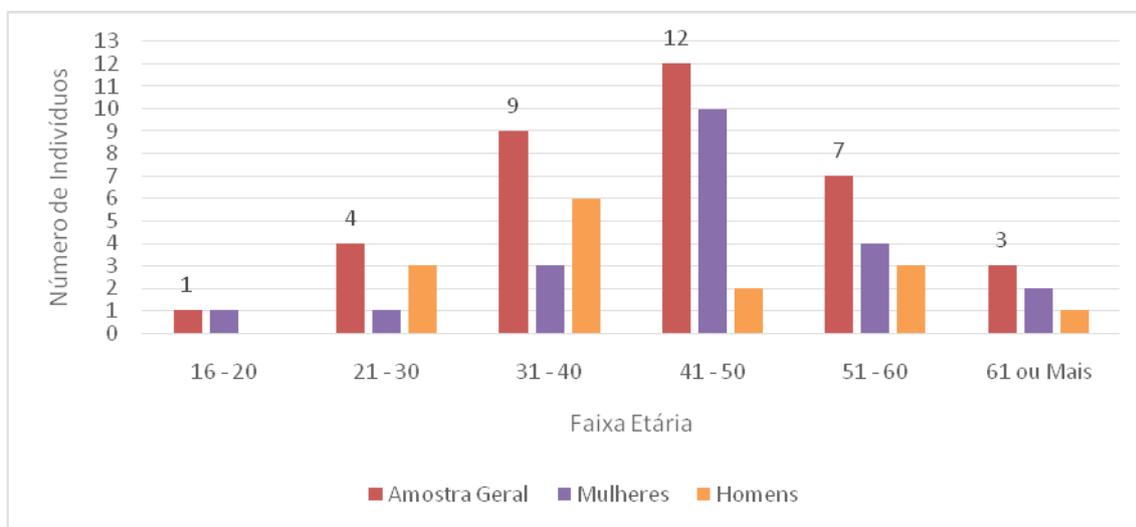


Gráfico 1. Número de indivíduos por faixa etária e sexo.

Fonte: Elaboração Própria.

Dos 36 entrevistados, 23 pessoas possuíam casa própria, sendo que 8 desses trabalhadores, conseguiram acesso à casa própria nos últimos anos com a ajuda de subsídios do governo, como o programa Minha Casa, Minha Vida. É possível notar também que, dos 13 trabalhadores que disseram pagar aluguel, também afirmaram ser os principais provedores de renda da família. O aluguel compromete parte da renda da família e é por isso que possuir uma casa própria é objetivo de muitos trabalhadores, não só nas cooperativas. Quanto parte da renda não está destinada ao pagamento do aluguel, ela pode ser usada para complemento da alimentação e vestuário, e principalmente investida na educação não somente do trabalhador, mas também de seus filhos.

A média de anos de estudo dos trabalhadores entrevistados nas cooperativas era de 4,7 anos. Esse número é muito menor que o encontrado entre a população brasileira em idade ativa que teve como média 7,5 anos de estudo em 2009, de acordo com a PNAD. Dos entrevistados, cinco trabalhadores disseram nunca ter frequentado a escola e serem analfabetos, ou seja, 13,8% dos trabalhadores das cooperativas de Maringá e Região. Além disso, na América Latina, a UNESCO definiu que a alfabetização só é permanente em pessoas que completarem a 4ª série, ou 5º ano, do ensino fundamental, com isso, aqueles que tiverem menos de 4 anos de estudo passam a ser considerados analfabetos funcionais. Sendo assim, temos também que 27,8% dos trabalhadores entrevistados são analfabetos funcionais

por possuírem menos de quatro anos de estudo. A baixa escolaridade dos trabalhadores é um empecilho a mais na inclusão deste no mercado de trabalho, uma vez que as oportunidades de trabalho que exigem o menor nível de escolaridade, solicitam que o trabalhador tenha ao menos o ensino fundamental completo. De acordo com uma pesquisa divulgada pela Fundação Getúlio Vargas em 2008, para cada ano de estudo há um aumento médio de 15% nos rendimentos dos trabalhadores brasileiros. Esse dado confirma o quão importante é o nível de escolaridade para que o trabalhador tenha acesso a oportunidades de trabalho e renda capazes de suprir suas necessidades e de sua família.

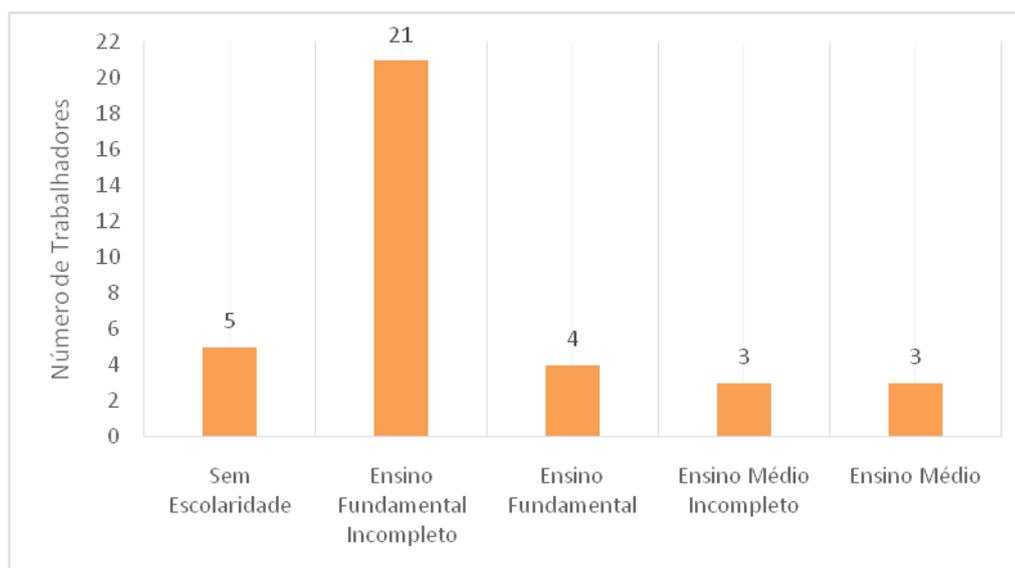


Gráfico 2. Escolaridade dos entrevistados.

Fonte: Elaboração Própria.

De acordo com o relatório da OIT sobre o perfil do trabalho decente no Brasil, o tempo gasto no deslocamento casa-trabalho afeta vários aspectos da vida dos trabalhadores como a conciliação entre o tempo destinada ao trabalho e a vida familiar, além de afetar também a qualidade de vida de uma forma geral e gerar custos financeiros, tanto para os empregadores quanto para os trabalhadores. De acordo com os dados da PNAD de 2009, é possível notar que o tempo de deslocamento casa-trabalho aumentou de 2004 para 2009. Em 2004, 7,1% dos trabalhadores gastavam entre 1 e 2 horas, enquanto 1,5% gastava mais de duas horas no deslocamento. Já em 2009, 7,7% dos trabalhadores alegaram gastar de uma a duas horas no deslocamento e 1,8% gastavam mais de duas horas para deslocarem-se entre o trabalho e suas residências.

As dificuldades de deslocamento tendem a aumentar nas grandes cidades devido ao fato de que a maioria dos trabalhadores de baixa renda vivem na periferia da cidade e se deslocam ao centro, onde as oportunidades de trabalho são mais abundantes. É nesse ponto em que o auxílio transporte faz a diferença ao colaborar no deslocamento do trabalhador entre sua casa e o trabalho. Sem esse auxílio dos empregadores, a população de baixa renda tende a gastar uma significativa parte dos rendimentos em transporte.

Uma parte dos indivíduos entrevistados residem em Paçandu ou Sarandi (41,6%), porém a maioria reside em Maringá, principalmente em dois bairros, Conjunto Cidade Alta II e Conjunto Santa Felicidade, ambos na divisa Maringá-Sarandi. É importante destacar que boa parte dos trabalhadores não fazem parte especificamente de uma cooperativa na cidade onde vive ou até mesmo que seja mais próximo de sua residência, assim, é comum encontrar trabalhadores residentes de Maringá que se deslocam para Sarandi ou Paçandu para trabalhar, e vice-versa. Todas as cooperativas se encontram em diferentes regiões e são relativamente distantes uma das outras, com exceção das cooperativas Coopernorte e Coopermaringá que estão localizadas no mesmo terreno na zona rural de Maringá.

Como consequência, a média do tempo de deslocamento dos trabalhadores até às cooperativas é de cerca de 38 minutos, porém, alguns trabalhadores disseram demorar até duas horas para chegar ao trabalho. Outro ponto de destaque é que a maior parte dos entrevistados não contam com auxílio transporte, porém, algumas prefeituras fornecem o transporte, através de veículos da prefeitura, para que os trabalhadores possam chegar às cooperativas. Além disso, muitos trabalhadores chegam às cooperativas “de carona” em caminhões utilizados na coleta dos resíduos. Apesar disso, a maioria dos cooperados (55,6%) usam a bicicleta como meio de transporte, ou caminham até o trabalho. Apenas uma minoria disse se deslocar por meio de carro ou moto.

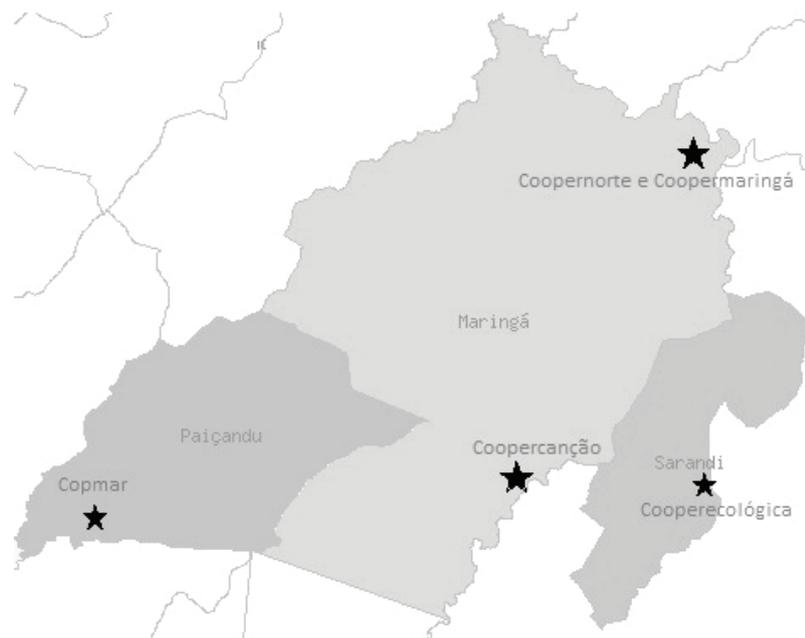


Figura 1. Localização aproximada das Cooperativas.

Fonte: GeoPR, 2014

A carga horária semanal de trabalho dos entrevistados nas cooperativas é bem variável e vai de 30 a 48 horas semanais, porém a jornada de trabalho média é de 38 horas semanais, ou seja, menor que a jornada de trabalho máxima no Brasil, que atualmente é de 44 horas semanais. A carga horária mais comum entre os cooperados é de 40 horas semanais. Foi verificado com o resultado do questionário que, apesar da pequena diferença, os homens possuem uma jornada de trabalho maior que a das mulheres, os homens trabalham em média 38 horas e 48 minutos por semana, enquanto as mulheres trabalham em média 19 minutos a menos. A carga horária de trabalho nas cooperativas é afetada por diversos fatores, porém o principal deles é o clima. Em dias chuvosos muitas vezes não é possível realizar a coleta dos materiais nos bairros uma vez que determinados materiais, em contato com a água, estragam ou perdem valor agregado, deixando de ser vantajosa a coleta dos mesmos.

Com relação à carga horária das mulheres nas cooperativas visitadas, é importante lembrar que grande parte delas também são responsáveis pelas tarefas domésticas que não são socialmente aceitas como economicamente produtivas. Essas tarefas acabam por afetar as oportunidades das mulheres de acesso a um trabalho decente, ao mesmo tempo em que afeta sua vida familiar. O tempo, como um bem escasso, é o que dificulta a conciliação entre essas duas jornadas, e esta é o que coloca as mulheres em desvantagem na tentativa de acesso ao mercado de trabalho.

Uma base numérica para essa desvantagem são os dados da PNAD de 2009 que aponta que 90,7% das mulheres ocupadas também realizavam atividades domésticas, contra apenas 49,7% dos homens. Esse dado mostra principalmente que, apesar da inserção da mulher no mercado de trabalho, a divisão do trabalho no âmbito da vida privada

não tem tido grandes mudanças no decorrer dos anos, e as mulheres são ainda as principais responsáveis por essas atividades.

A diferença entre homens e mulheres com relação aos afazeres domésticos é clara nos resultados do questionário aplicado nas cooperativas. Enquanto as mulheres disseram gastar em média 18 horas e 30 minutos por semana em afazeres domésticos, os homens responderam que gastam em média apenas 07 horas e 44 minutos por semana, ou seja, menos da metade do tempo gasto pelas mulheres. Com o resultado dos questionários foi possível identificar que 11 das 21 mulheres entrevistadas que trabalham nas cooperativas, além de serem responsáveis pelos cuidados com as tarefas de casa e filhos, são responsáveis por obter a maior parte da renda da família, ou seja, essas mulheres são as principais responsáveis para fazer com que o arranjo familiar funcione corretamente, tanto no âmbito financeiro quanto no da vida privada.

A jornada dupla colabora para que as mulheres sigam para o trabalho informal que não possui rigidez de horários e facilita a condução das atividades domésticas. A escolha desse caminho também pode ser influenciada pelas perspectivas de acesso a serviços como creches e pré-escola para as crianças. Quando os trabalhadores foram perguntados durante o questionário se os filhos tiveram acesso à creche, 19 trabalhadores disseram que nenhum deles foram, ou que apenas alguns frequentaram, uma vez que as mães ou avós não trabalhavam e podiam se encarregar dos cuidados com as crianças. A falta de creche nas proximidades também foi apontada como um fator limitante ao acesso das crianças à creche, e conseqüentemente das mulheres no acesso ao mercado de trabalho.

Vale destacar, que a ideia central, embutida no conceito de trabalho decente, é a de que a renda proveniente do trabalho é a principal fonte de remuneração e, único meio de vida, para a grande maioria das pessoas⁸, logo, só o trabalho decente pode se constituir em uma forma de superação da pobreza e extrema pobreza, da redução da desigualdade social e da ampliação da cidadania e governabilidade democrática.

A grande maioria das necessidades financeiras dos trabalhadores são supridas pelos rendimentos obtidos através do trabalho, e no caso de 63,9% dos trabalhadores entrevistados o rendimento proveniente do trabalho nas cooperativas é a principal fonte de renda da família, e é por isso que a renda advinda do trabalho é um fator de suma importância para a análise do trabalho decente. Dos 36 trabalhadores entrevistados, um não respondeu ao ser questionado sobre a renda obtida na cooperativa por estar trabalhando a apenas uma semana e não ter recebido ainda o seu primeiro salário, porém, 8,6% disseram receber de R\$ 169,50 à R\$338,99 por mês e 48,6% disseram obter de seu trabalho nas cooperativas de R\$339 à R\$678, ou seja, no máximo um salário mínimo⁹. Acima desse valor, 40% dos entrevistados disseram receber em média de R\$678,01 à R\$ 1.017, enquanto apenas 2,8% disse receber mais que R\$ 1.017, por seu trabalho. Como já dito anteriormente, o trabalho nas cooperativas depende em grande tamanho de fatores climáticos, já que esses podem afetar a coleta dos materiais ou até mesmo inutiliza-los, como no caso do papelão, que após molhado, pela chuva, por exemplo, perde grande parte de seu valor de mercado. Quando questionados sobre o menor valor recebido pelo trabalho na cooperativa, as respostas variaram de 200 a 600 reais, porém 82% dos trabalhadores entrevistados disseram que o menor salário obtido foi menor ou igual à R\$ 400. Devido à isso, a menor remuneração em média obtida pelos trabalhadores das cooperativas ficou em R\$338,59.

Já com relação à maior remuneração obtida, os trabalhadores deram respostas que variaram de 300 a 1.400 reais. Neste caso, deve-se levar em consideração o tempo de trabalho do indivíduo na cooperativa, assim sendo, quatro trabalhadores, dos cinco que disseram ter recebido R\$ 500 ou menos como maior rendimento retirado do trabalho, estão nas cooperativas a menos de 7 meses. Entre aqueles que trabalham nas cooperativas a mais de 1 ano, as respostas variaram de 500 a 1.400 reais e a média foi de R\$867,31.

Os rendimentos dos trabalhadores das cooperativas são extremamente variáveis. Apesar de serem contabilizados pelas horas de trabalho e não pela produtividade, essa é extremamente importante para os rendimentos, visto

⁸ Conforme o relatório da CEPAL, no ano de 2007, cerca de 80,0% da renda total das famílias latino-americanas, dependia primordialmente dos rendimentos gerados no mercado de trabalho.

⁹ Salário mínimo válido para o ano de 2013. A partir de Janeiro de 2014, o mesmo subiu para R\$ 724.

que a receita total obtida pela venda dos materiais, deduzido os gastos, são divididos entre os cooperados de acordo com o número de horas trabalhadas. Sendo assim, nos meses em que a produtividade for maior, o rendimento por hora do trabalhador também será maior, e vice-versa.

A renda total familiar dos trabalhadores entrevistados varia bastante entre os trabalhadores, sendo assim, 33,3% dos trabalhadores entrevistados responderam que a renda familiar total gira em torno de R\$ 1.356,01 à R\$ 2.034 reais e 22,2% disseram que a renda familiar fica entre R\$ 1.017,01 e R\$ 1.356,00. Com relação ao restante dos trabalhadores, 16,7% disse que a renda familiar girava em torno de R\$ 678,01 e R\$ 1.017, enquanto 27,8% que a renda variava de R\$ 339 à R\$ 678 reais. A respeito da renda total da família, é necessário considerar que muitos dos trabalhadores recebem algum tipo de auxílio vindo do governo, como o bolsa família, ou até mesmo trabalham nas cooperativas como forma de complementar a renda provinda de aposentadoria ou auxílio recebido por invalidez. Dos 36 trabalhadores entrevistados, 10 disseram receber o bolsa família e outros 4 disseram receber algum tipo de aposentadoria.

Devemos levar em consideração que essas medidas de proteção social e transferência de renda condicionada, como o bolsa família, e de garantia de renda, como o seguro desemprego, afetam os rendimentos dos trabalhadores. No caso do Brasil, o crescimento econômico registrado nos últimos anos, deve-se principalmente ao fortalecimento do consumo interno, e esse, é uma das consequências da política de valorização do salário mínimo que tornou possível o crescimento dos rendimentos do trabalho e a dinamização da demanda agregada, uma vez que os cidadãos mais afetados por essas políticas são aqueles que se encontram, sobretudo, entre as camadas menos abastadas da população e possuem alta propensão marginal a consumir.

O Bolsa Família merece destaque nesta pesquisa, já que muitas das famílias das cooperativas complementam sua renda com esse benefício. O programa foi implantado no Brasil em 2003, e se trata de uma transferência direta de renda que beneficia principalmente famílias pobres e/ou extremamente pobres, com foco, principalmente, naquelas com renda familiar per capita, inferior a R\$70. Em Abril de 2014, 14,145 milhões de famílias receberam o benefício e 93% dos titulares do benefício, eram mulheres.

De acordo com o comunicado do IPEA, Nº 75, de fevereiro de 2011, para cada R\$ 1,00 gasto pelo governo com o Bolsa Família, o PIB aumenta R\$ 1,44 e a renda das famílias cresce 2,25%. Isso ocorre devido à alta propensão marginal a consumir dessas famílias, o que gera certo dinamismo nos mercados e economias locais.

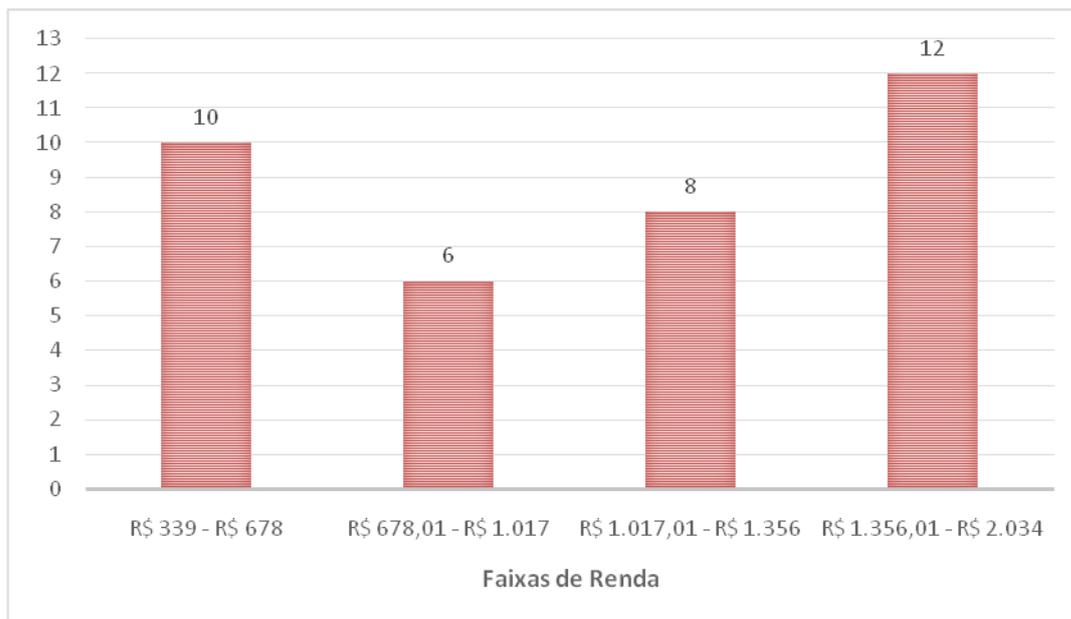


Gráfico 3. Rendimento familiar total do trabalhador por faixa de renda.

Fonte: Elaboração Própria.

A baixa remuneração, somada à não contribuição com a previdência e a informalidade, deixa os trabalhadores a mercê das consequências negativas da informalidade. Como já dito anteriormente, em caso de desligamento da cooperativa, o trabalhador não tem nenhuma forma de manter sua renda, por menor que seja o período de tempo, sem um trabalho, uma vez que ele não terá direito ao seguro desemprego, férias ou qualquer outro benefício que um trabalhador formal pode usufruir. Quando questionados sobre uma possível reserva de renda para situações de emergência ou desemprego, 94% dos trabalhadores disseram não possuir nenhuma reserva para futuras necessidades. Esse dado tem como principal causa a baixa remuneração dos trabalhadores entrevistados nas cooperativas, o que faz com que a renda recebida pelo trabalho seja toda direcionada para o consumo presente para que seja possível suprir as necessidades básicas de consumo do trabalhador. Sendo assim, a baixa remuneração e a escassez de reservas para casos de necessidade, junto com os demais fatores, são primordiais para a caracterização de um trabalho como indecente.

A segurança no trabalho é um outro aspecto de grande impacto no conceito de trabalho decente e os acidentes de trabalho são uma das consequências de um ambiente de trabalho não seguro. A legislação brasileira considera acidente de trabalho o acidente ocorrido no trajeto entre a residência e o local de trabalho, a doença profissional que é adquirida pelo exercício de determinada atividade e o acidente que ocorre durante o exercício de determinada atividade a serviço da empresa. Sobre isso, os trabalhadores foram perguntados se eles consideravam que havia algum risco à saúde, tanto física quanto mental, em seu ambiente de trabalho e na realização das atividades externas. Como resposta, 22% dos trabalhadores disseram que conviviam com o risco de queda dos caminhões, que são utilizados para a coleta dos materiais pela cidade e com as lesões por corte com vidros. Podemos adicionar à isso ainda que muitas das cooperativas não possuem lugar adequado para a armazenagem do material, o que pode acarretar acúmulo de água e prováveis casos de dengue não apenas nos cooperados, mas também na população que vive em torno das cooperativas. Apesar disso, apenas 6 dos 36 trabalhadores entrevistados disseram ter sofrido algum tipo de acidente ou ter se machucado durante suas atividades na cooperativa.

4. CONCLUSÃO

A reciclagem dos resíduos no Brasil teve um avanço considerável nas últimas duas décadas, porém, isso ainda não é o suficiente para que seja possível considerar o problema do lixo como resolvido no país, muito pelo contrário, a situação atual, onde o país recicla aproximadamente apenas 13% do lixo produzido, exige mudanças imediatas. Um país modelo na reciclagem dos resíduos é a Alemanha, que não conta com aterros sanitários e, em 2010, de acordo com dados da União Europeia, reciclou mais de 43% de todo o resíduo urbano gerado, além de incinerar quase 38% e destinar o restante para a compostagem.

Um maior apoio governamental à reciclagem dos resíduos, poderia melhorar não apenas a questão do destino que deve ser dado a lixo, mas também a qualidade de vida dos trabalhadores que retiram da reciclagem a renda para manter suas famílias. O questionário aplicado nas cooperativas tornou possível verificar que, grande parte dos trabalhadores que ali estão, são em sua maioria aqueles que culturalmente já ficam a margem da sociedade, ou seja, homens e mulheres, afrodescendentes acima dos 40 anos de idade e com baixa escolaridade, ou nenhuma.

De acordo com Singer (2002), em um primeiro momento, o indivíduo passa a fazer parte de uma cooperativa, na maioria das vezes, como forma de escapar da pobreza e gerar renda capaz de garantir sua sobrevivência e de seus familiares e somente depois, com o passar do tempo, ele começa a desenvolver o espírito do cooperativismo. Sendo assim, podemos dizer que o trabalhador passa a fazer parte das cooperativas tendo em mente que aquele se trata de um trabalho temporário, que durará apenas o tempo necessário para conseguir alguma outra oportunidade que seja capaz de suprir, não somente sua necessidade de alimento e moradia, mas que também proporcione renda suficiente para que o trabalhador possa adquirir outros bens que não sejam apenas os essenciais.

A realidade encontrada nas cooperativas foge do conceito de trabalho decente elaborado pela Organização Internacional do Trabalho em diversos aspectos, como no nível renda retirado pelos trabalhadores de seu trabalho, no acesso a previdência social e na segurança no trabalho.

Com relação a renda do trabalhador, mais de 57% dos entrevistados disseram que os rendimentos retirados dos trabalhos na cooperativa alcançavam no máximo R\$ 678 reais em média, ou seja, no máximo um salário mínimo, levando em consideração o salário mínimo do ano de 2013. Além disso, todos os trabalhadores entrevistados viviam na informalidade por não possuírem carteira assinada ou qualquer tipo de contrato com a cooperativa.

Devido à informalidade, quase 92% dos trabalhadores não contribuía com a previdência social, fato que limita a segurança do trabalhador com relação ao futuro, uma vez que nessas condições o trabalhador acaba por não ter seus direitos, como férias, 13º salário, seguro desemprego e até mesmo a aposentadoria, garantidos.

Além disso, o ambiente de trabalho nas cooperativas proporciona ao trabalhador diversos riscos de danos à saúde uma vez que a estrutura fornecida a eles não é adequada às atividades que realizam. Vários exemplos podem ser facilmente citados, como o caso dos caminhões que são utilizados na coleta e não são adaptados para a que os trabalhadores realizem as atividades de forma segura¹⁰. Outro exemplo é a falta de espaço destinado à armazenagem dos materiais recolhidos que muitas vezes ficam ao ar livre podendo gerar casos de dengue entre os trabalhadores. Temos ainda o caso do manuseio dos vidros pelos cooperados que constantemente o fazem sem a proteção de luvas, que evitaria lesões aos trabalhadores.

A Constituição do Brasil diz que todas as pessoas têm direito à educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança e à previdência social. Dessa forma, muitos dos aspectos que tornam um trabalho decente, também já são citados na Constituição brasileira. Sendo assim, o trabalho nas cooperativas além de não ser considerado decente também não respeita os direitos sociais estipulados pela Constituição.

É importante dizer que a questão do lixo em Maringá, Sarandi e Paçandu, é de responsabilidade das prefeituras e essas devem, por consequência, fornecer o apoio necessário para a manutenção dos trabalhos nas cooperativas. Durante o tempo em que o questionário foi aplicado, as prefeituras colaboravam com as cooperativas fornecendo o espaço para a realização das atividades, transporte para os cooperados, veículos para a realização das coletas, e no caso da prefeitura de Maringá, ela fornecia também uma ajuda de custo para a Coopercação, cooperativa que trabalha com a reciclagem de materiais eletrônicos.

Em 2001, as prefeituras de Maringá, Sarandi e Paçandu se mobilizaram para tornar viável a constituição e estabilização das cooperativas, e para isso, foi instalado o “Programa Municipal de Apoio aos Catadores de Materiais Recicláveis”, que tinha como objetivo proporcionar a esses trabalhadores a assistência necessária para a constituição de cooperativas, comercialização e a eventual industrialização dos materiais. Outros projetos também foram instalados no decorrer dos anos, porém, devido a necessidade de maior interesse do Poder Público para manter esses projetos em andamento, muitos foram abandonados com o tempo, devido principalmente às trocas de governo municipal e as divergências de objetivos e interesses entre os eles.

ABSTRACT: The objective of this paper is to investigate the conditions of workers in the recycling of solid waste and electronic waste in Maringa and region and check if the reality found is consistent with the parameters established by the International Labor Organization in the definition of the concept of decent work cooperatives. The exploratory-descriptive research was performed in four recycling cooperatives of solid waste and electronic waste in Maringa, Sarandi and Paçandu, from November 2013 to March 2014. Altogether 36 workers were interviewed with time working at the cooperative of one week to eleven years. The survey results indicate that the reality found in cooperatives flees the concept of decent work prepared by the International Labor Organization in several aspects, such as the income level taken by workers at their work, access to social security and safety in the workplace.

Keywords: decent work; recycling cooperatives and labor market.

¹⁰ Na coleta dos materiais são utilizados diversos tipos de veículos, desde tratores até caminhões baú.

REFERÊNCIAS

- BIRKENSTOCK, Günther. *Tratamento de lixo na Alemanha está entre os mais eficientes da Europa*. Disponível em: <http://www.dw.de/tratamento-de-lixo-na-alemanha-est%C3%A1-entre-os-mais-eficientes-da-europa/a-15905514>. Acesso em: 01/07/2014.
- BRASIL. Constituição Federal. *Vade Mecum*. 7. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.
- CARVALHO, Daniele. *FGV: cada ano de estudo pode elevar salário em 15%*. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,fgv-cada-ano-de-estudo-pode-elevar-salario-em-15,257053>. Acesso em: 08/07/2014.
- GUIMARÃES, J. R. S. *Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação*. Brasília: OIT, 2012.
- Instituto de Pesquisa Economica Aplicada – IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em 10/06/2014.
- Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. Disponível em: <http://www.geo.pr.gov.br/ms4/itcg/geo.html#>. Acesso em 20/06/2014.
- KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1992.
- OIT (2010). *El desempleo alcanzó su nivel más alto en 2009*. Trabajo la revista de OIT. n.º 68, abril 2010
- Organização Internacional do Trabalho. (OIT). *Perfil do trabalho decente no Brasil*. Brasília: OIT, 2009.
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40. Acesso em 23/06/2014.
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). (2007 e 2001). Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/microdados.shtm>. Acesso em 20/05/2013.
- POCHMANN, M. (1999). *O trabalho sob jogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto.
- SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em 17/06/2014.
- VARIOS AUTORES. *Incubadora universitária de empreendimentos econômicos solidários: aspectos conceituais e a práxis do processo de incubação*/Organizadora Maria Nezilda Culti. – Maringá: MDS/PRONINC, UEM/Núcleo/Incubadora Unitrabalho, 2011.
- _____. *Promovendo o trabalho decente*. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/apresenta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 10/06/2013.
- _____. (2001). *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo.